



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.320, DE 2024 **(Da Sra. Erika Kokay)**

Inscribe o nome de Eunice Paiva no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
CULTURA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2024

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Inscribe o nome de Eunice Paiva no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º. Fica inscrito o nome de Eunice Paiva no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Art. 2º A ementa da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Maria Lucrécia Eunice Facciolla Paiva (1929-2018) nasceu em São Paulo. Sua família era de origem italiana. Em 1947, conheceu Rubens Paiva, nascido em Santos, em 26 de dezembro de 1929, com quem veio a se casar em 1952. Dessa união, nasceram cinco filhos: Vera Silvia Facciolla Paiva, psicóloga e professora;



Maria Eliana Facciolla Paiva, jornalista, editora de arte e professora; Ana Lúcia Facciolla Paiva (Nalu), matemática e empresária; Marcelo Rubens Paiva, escritor e jornalista; e Maria Beatriz Facciolla Paiva (Babiu), psicóloga e professora.

Em 1962, Rubens Paiva, engenheiro civil, assumiu o mandato como deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1964, pouco depois da instauração do golpe militar no país, teve seus direitos políticos cassados pelo chamado Ato Institucional Número Um (AI-1). Entre 1964 e 1970, a família Paiva enfrentou momentos de grandes dificuldades e passou a morar por algum tempo no Rio de Janeiro. Ele foi constantemente perseguido por militares, motivo pelo qual manteve-se no exílio por nove meses, passando pela Iugoslávia e França até retornar ao Brasil.

Já no início de 1971, os membros da família vivenciaram aquela que, possivelmente, tenha sido a experiência mais traumática de suas vidas, momentos que revelariam ao Brasil e ao mundo as marcas da horrenda perseguição deflagrada pelos agentes da ditadura contra aqueles e aquelas que ousavam se insurgir em defesa das liberdades democráticas e da justiça social.

Exatamente no dia 20 de janeiro de 1971, Rubens Paiva foi preso pela polícia do Exército. Após invadirem a casa em que vivia com a família no Leblon, foi conduzido para interrogatório. Ele jamais retornaria para os seus. No dia seguinte, Eunice também foi presa, permanecendo por 12 dias nas dependências do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), onde foi interrogada. A filha Eliana também chegou a ser presa.

Em meio às agruras do implacável regime, Eunice assume sozinha a grande responsabilidade pela criação dos cinco filhos. Com força, determinação e coragem que carregam as mães desde sempre, ela torna-se um misto de resistência e combatividade ao nefasto regime que havia arbitrariamente subtraído a liberdade do seu companheiro. Nas décadas seguintes ao desaparecimento de Paiva, ela se dedicou a manter a família unida e lutou com bravura por justiça, não apenas para sua família, mas para todos.



Falecida em 2018, a memória e o protagonismo de Eunice ganham vida novamente em 2024. E desta vez, nas telas de cinema. Aclamado nos principais festivais internacionais de cinema em Cannes, Veneza, Vancouver e escolhido para representar o Brasil no Oscar em 2025, o filme 'Ainda Estou Aqui', dirigido por Walter Salles e interpretado por Fernanda Torres e Selton Mello, retrata com brilhante realismo a história de Eunice. A produção cinematográfica tem como fonte de inspiração o livro homônimo assinado por Marcelo Rubens Paiva, que, para além de narrar o drama vivido pela mãe, presta-lhe uma homenagem pela bravura com que conduziu a família em meio a tantos desafios.

A película retrata a trajetória marcante de Eunice Paiva, desde o trágico momento da prisão de Rubens à intensa luta que travou para proteger e criar sozinha os cinco filhos e descobrir o paradeiro do seu companheiro. Como se sabe, o corpo do político nunca foi encontrado. O seu atestado de óbito foi emitido somente em 1996, após a promulgação da Lei nº 9.140/1995, a Lei dos Desaparecidos. Eunice foi uma das principais lideranças que pressionou o Estado Brasileiro a dar respostas sobre o desaparecimento do esposo e demais presos políticos.

A referida lei reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação em atividades políticas durante a ditadura militar. A primeira prova objetiva do assassinato de Rubens Paiva só veio a ser encontrada 41 anos depois, em novembro de 2012, com uma ficha que confirmava sua entrada em uma unidade do DOI-Codi.

Formada em Direito aos 47 anos, ela tornou-se ativista em defesa da democracia, da igualdade de direitos e da liberdade. A sua trajetória de vida é um chamado à resistência e ao enfrentamento a toda forma de autoritarismo e opressão, cujos capítulos foram brilhantemente narrados pelo filho Marcelo Rubens Paiva na referida obra literária. Eunice Paiva enfrentou o Alzheimer por 14 anos e veio a falecer em 13 de dezembro de 2018, em São Paulo, aos 89 anos.

No sentido de prestar singela homenagem a quem honrou o povo brasileiro com a defesa da dignidade humana e sua inabalável crença nos valores mais sólidos da democracia e na capacidade de resistência ao regime do qual não



temos senão ódio e nojo - conforme destacou Ulysses Guimarães em seu histórico discurso proferido em 5 de outubro de 1988 durante a promulgação da Carta Cidadã -, apresentamos esta proposição com o objetivo de inscrever Eunice Paiva no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria, para que o seu nome fique registrado na memória deste país.

Na certeza da relevância da presente iniciativa e que a mesma confere justiça à memória de Eunice, conclamamos o apoio dos (as) nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 2024.

Deputada **ERIKA KOKAY - PT/DF**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 11.597, DE 29 DE
NOVEMBRO DE 2007**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11597-29-novembro-2007-564929-norma-pl.html>

FIM DO DOCUMENTO